



SUBCOMITÊ DE PESQUISA JUDICIÁRIA

ATA DE REUNIÃO

Local	Data	Horário
Vídeo chamada	15/03/2023	Das 15 às 16H

• Participantes

Adriana Araújo Ramos	Juliana Ferreira Campos
Raphael Souza de Oliveira	Railuze Saback
Andréa Presas Rocha	Renata Santana Fonseca
Daniela Ramos Alves	Tereza M M Miranda
Fábio Almeida de Santos	

• OBJETIVO DA REUNIÃO

Primeira reunião ordinária do ano de 2023

• PAUTA

1. Retificação do calendário anual das reuniões trimestrais ordinárias,
2. Ratificação, escolha de vice coordenadora e integrante de novo membro e
3. Análise das informações vinculadas ao SPJ desde dez/2022 até a presente data

• DISCUSSÃO DA PAUTA

1. CALENDÁRIO REUNIÕES ORDINÁRIAS

Inicialmente programadas para as datas de 09 de fevereiro, 11 de maio, 10 de agosto e 09 de novembro de 2023, a primeira foi realizada nesta data. Decidiu-se que as demais serão ajustadas a partir do alinhamento com Dra. Andréa na semana anterior à data originalmente prevista.

2. RATIFICAÇÃO, ESCOLHA DE VICE-COORDENADORA E INTEGRANTE DE NOVO MEMBRO

A Coordenadoria de Governança sinalizou ao SPJ a necessidade de alteração da Portaria GP n. 1255, de 3 de outubro de 2022, que “designa os integrantes do Subcomitê de Pesquisa Judiciária (SPJ), nos termos do Ato GP n. 435, de 27 de setembro de 2022”, no tocante à nomenclatura da função da Juíza Andrea Presas Rocha, de “magistrada supervisora” para “magistrada coordenadora”; e, ainda, para incluir um membro como vice coordenador.

- ✓ O colegiado elegeu a servidora Adriana Araújo Ramos na função de vice coordenadora e também aprovou a inclusão de mais um membro para compor a equipe: a servidora Renata Fonseca, da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa.



3. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES VINCULADAS AO SPJ DESDE DEZ/2022 ATÉ A PRESENTE DATA

- a. Recebido o PROAD 6195/2022 (doc. 184) com convite do Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica (CNJ), Magistrado RICARDO FIOREZE, à Exm^a. Desembargadora Presidente para participar do Webinário Primeira Reunião da Rede de Pesquisas Judiciária (no dia 15/12/2022 das 17h às 19h), tendo, a mesma, em resposta ao OFÍCIO recebido, comunicado que o SPJ iria representá-la.
- ✓ Participaram os servidores Fábio Almeida e Tereza Miranda (ambos da CESTP). Os mesmos destacaram, como parte do conteúdo, a apresentação dos membros da Rede de Pesquisas Judiciárias, a exposição de algumas ações já realizadas (principalmente pela Escola Judicial) e a indicação das ações previstas para o ano de 2023.
- b. No e-mail de 13/2/2023 o CNJ questiona os integrantes da rede de pesquisas judiciárias acerca da existência, no órgão, de algum diagnóstico, levantamento de dados ou boas práticas a respeito do tema Assistência Judiciária Gratuita solicitando que, caso positivo, os mesmos fossem enviados através do e-mail dpj@cnj.jus.br até o dia 24 de fevereiro de 2023.
- ✓ Não foi respondido haja vista a inexistência de tais ações neste regional.
- c. O PROAD 4766/2020 (doc. 354) trata de intimação encaminhada pelo CNJ aos tribunais, referente ao acompanhamento do cumprimento do art. 4º, inciso XIII da Resolução CNJ n. 462/2022 que prevê que os grupos de pesquisas judiciárias devem elaborar, publicar e enviar anualmente à presidência do tribunal e ao DPJ o relatório das atividades do Grupo de Pesquisas Judiciárias até o dia 30 de março do ano subsequente ao anterior, com a descrição das atividades, os diagnósticos e as pesquisas realizadas, bem como o plano de ação com as atividades previstas para o ano corrente, devendo as informações em questão serem remetidas por meio do formulário disponível em <https://formularios.cnj.jus.br/relatorio-e-plano-de-acoes-gpj-2022/>.
- d. Recebido Ofício endereçado à Juíza Supervisora do SPJ do TRT5 em 14/02/2023 referente ao 2º Encontro da Rede de Pesquisas Judiciárias e Ciência de Dados do Segmento da Justiça do Trabalho (presencial dia 09 e 10/03/2023).



- ✓ A servidora Adriana Araújo Ramos participou do encontro representando o SPJ-TRT5 e destacou que seu objetivo foi o de aprofundar o conhecimento sobre formas de pesquisa e instrumentos para organizar as buscas e pontuou que a intenção do CNJ é integrar os tribunais brasileiros e promover uma gestão colaborativa de dados, evitando a duplicidade de informações.
- e. O e-mail recebido em 17/2/2023 informa que o DPJ está recebendo relatórios de pesquisas para interessados(as) em sua divulgação, como painelistas, nos Seminários de Pesquisas Empíricas aplicadas às Políticas Judiciárias através do preenchimento do formulário disponível no endereço <https://formularios.cnj.jus.br/inscricao-pesquisas-empiricas/>; incentivam o envio de pesquisas ou relatórios técnicos já produzidos no âmbito dos tribunais e lembram que foi criada uma lista de e-mail para facilitar a comunicação da rede que pode ser utilizada para sanear dúvidas, enviar sugestões ou outras informações relativas ao tema; também ressaltam que o espaço dos Seminários de Pesquisas Empíricas aplicadas às Políticas Judiciárias será utilizado para capacitações e divulgações de pesquisas em rede (maiores informações através do link <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/seminarios-de-pesquisa-empiricas-aplicadas-a-politicas-judiciarias/>). Comunicam que haverá atividades de capacitação voltadas para a Rede de Pesquisas nos meses de março a maio e que estas ocorrerão no mesmo horário dos Seminários, ou seja, quinzenalmente, às quintas, das 17h às 19h.
- ✓ O primeiro desses eventos já foi realizado de forma online no dia 9/3 e a Coordenadora da CESTP informou alguns pontos ali destacados: Pesquisa empírica no Direito é algo recente e pouco consolidado na formação acadêmica, é uma abordagem científica que visa coletar dados observáveis e mensuráveis através de métodos e técnicas de pesquisa; é uma abordagem que busca explicar ou entender fenômenos do mundo real através da coleta de dados concretos, em vez de se basear em teorias ou ideias pré-concebidas; não são pesquisas empíricas: pesquisa bibliográfica, análise doutrinária, pesquisa normativa; algumas abordagens metodológicas (observacional, de pesquisa de campo, qualitativa, quantitativa e importância da pesquisa como ferramenta para as políticas públicas.
- ✓ Considerando o público alvo dos seminários promovidos pelo CNJ (integrantes dos GPJs, magistrados, servidores do Poder Judiciário e pesquisadores) o SPJ solicitará ao Departamento de Pesquisas do Poder Judiciário - DPJ (CNJ) o envio dessas informações também para e-mails da ASCOM e ESCOLA JUDICIAL para divulgação.



✓ Em 27/02/2023, a Coordenadora da CESTP encaminha e-mail ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ solicitando a inclusão do e-mail do SPJ do TRT5 (spj@trt5.jus.br) na lista de e-mails "L-REDEDEPESQUISAS" do CNJ e recebe uma solicitação de preenchimento do cadastro do Grupo de Pesquisas Judiciárias pelo link <https://formularios.cnj.jus.br/resolucao-462/>, cujos dados foram encaminhados no dia 06/03/2023.

✓ O SPJ deve solicitar a inclusão do nome de Renata no referido cadastro.

f. No PROAD 4766/2020 (doc. 364) o Conselho Superior da Justiça do Trabalho solicita a indicação de dois servidores deste Tribunal, membros do Grupo de Pesquisa Judiciária, para participar do curso de "Introdução à Pesquisa Judiciária", em formato tele presencial, nos dias 15, 16, 17, 22 e 23 de março de 2023, das 09h00 às 12h00 (horário de Brasília).

✓ Os servidores Raphael Oliveira, Railuze Saback, Renata Fonseca, e Adriana Ramos, participaram do referido curso.

• **FECHAMENTO DA ATA**

DATA DA ATA: 24/03/2023

ASSINATURA DO COORDENADOR: